



Ofício 712/2019
Ibitinga, 21 de Maio de 2019.

Assunto: Responde requerimento do ilustre vereador Marco Antonio da Fonseca, onde solicita envio da Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017, para conhecimento e cumprimento da respectiva.

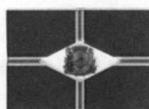
Ilustríssimo Presidente,

Acusamos o recebimento do Ofício protocolizado nesta Câmara Municipal sob nº 1951/2019 (Ofício nº 387/2019) onde solicita envio da Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017, para conhecimento e cumprimento da respectiva.

Segue em anexo, como parte integrante da presente resposta, a nota técnica sobre a questão para apreciação do nobre edil.

Atenciosamente,

CRISTINA MARIA KALIL ARANTE
Prefeita Municipal





Ibitinga, 21 de maio de 2019

Assunto: Responde requerimento do Ilustre vereador Marco Antônio da Fonseca, sobre conhecimento de Legislação Federal

NOTA TÉCNICA

Acusamos o recebimento do Requerimento protocolizado nesta Câmara Municipal sob nº 1951/2019 (Requerimento nº 387/2019) sobre conhecimento de Legislação federal

Cabe informar ao nobre vereador, que a aplicação da Lei federal em questão, caberá a nosso município a partir do mês de junho do corrente ano. Considerando a importância da nova legislação e sua aplicabilidade ao município algumas medidas já vêm sendo tomadas por parte do Executivo para cumprimento da mesma.

Assim, cabe salientar que recentemente houve a troca do sistema utilizado pela Ouvidoria Pública Municipal, com a solicitação da troca de software para atendimento das demandas encaminhadas pela população através do setor, buscou-se um sistema que já cumprisse o previsto na Legislação Federal 13 460/2017.

Ainda, salientamos que já tramita nesta nobre Casa de Leis , através do PLO 131/2019 (em anexo), a criação do Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos, cumprindo a Legislação Federal 13 460/2017 conforme disposto no Capítulo V.

Informamos, que após a criação do Conselho já serão tratadas as demais questões como divulgação da Carta de Serviços ao Usuário e demais previsões legais atreladas a Lei apresentada.

Sendo o que tinha para o momento, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Naira Paschoal
Coordenadora de Ouvidoria





PROJETO DE LEI Nº 063/2019

Cria Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos, órgão popular que garante a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos do Município, com caráter consultivo, respeitando os aspectos legais de sua competência.

Art. 2º São competências do Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos da Estância Turística de Ibitinga:

- I - acompanhar a prestação dos serviços;
- II - participar na avaliação dos serviços;
- III - propor melhorias na prestação dos serviços;
- IV - contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário; e
- V - acompanhar e avaliar a atuação do ouvidor.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos da Estância Turística de Ibitinga será composto por 06 membros titulares e igual número de suplentes, assim distribuídos:

- I – 03 (três) representantes do Poder Público Municipal:
 - a) 01 (um) representante da Ouvidoria Municipal;
 - b) 01 (um) representante do Gabinete da Prefeita;
 - c) 01 (um) representante do Poder Legislativo.
- II – 03 (três) representantes da Sociedade Civil, compreendida como usuários dos serviços públicos.

§ 1º Os representantes do Poder Executivo e seus respectivos suplentes serão indicados pela Prefeita Municipal.

§ 2º Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos mediante processo eleitoral com inscrição prévia dos candidatos e um dia específico para a votação secreta.

§ 3º Os conselheiros não receberão remuneração pelas suas atividades, sendo a sua função considerada de relevante interesse público.

§ 4º A primeira reunião do Conselho, de caráter extraordinário, ocorrerá após o Decreto Municipal de nomeação, e será convocada pela Ouvidoria Municipal.

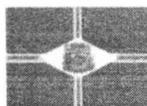
§ 5º Os membros do Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos tomarão posse da função na primeira reunião extraordinária.

§ 6º Os conselheiros que não tomarem posse na reunião convocada para tal fim, poderão fazê-lo nas reuniões ordinárias subsequentes.

Art. 4º As atividades do Conselho serão coordenadas por uma Comissão Executiva composta por 03 (três) membros: presidente, vice-presidente e secretário-geral, escolhidos entre seus componentes em votação aberta a ser realizada na mesma reunião da posse, que será coordenada pela Ouvidoria Municipal.

§ 1º O mandato da Comissão Executiva será de 02 (dois) anos, podendo haver uma recondução.

§ 2º Após a promulgação dessa lei, o processo eleitoral iniciar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias e, uma vez concluído, o Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos será constituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias.





§ 3º O Conselho deverá aprovar o seu Regimento Interno no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua nomeação.

§ 4º Um dos membros da Comissão Executiva cuidará da elaboração do Regimento Interno, atuando como relator, e será escolhido entre seus membros.

§ 5º Ao Presidente do Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos compete dirigir as reuniões e garantir a secretaria das mesmas dentre outras atribuições aprovadas no regimento interno.

Art. 5º O Conselho reunir-se-á mensalmente de forma ordinária e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Parágrafo Único. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo presidente do Conselho, pelo Chefe do Poder Executivo ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 6º As reuniões do Conselho deverão ser instaladas em primeira convocação com a presença de metade mais um de seus membros e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas através de contato direto e as ordinárias ocorrerão em datas pré-agendadas pelo Conselho, no final das reuniões.

§ 2º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples e o voto será individual, intransferível e aberto.

§ 3º As deliberações das reuniões do Conselho somente terão efetividade com a presença registrada em ata.

§ 4º O Presidente do Conselho só exercerá o direito a voto no caso de empate.

Art. 7º O mandato dos conselheiros será de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 1º Os conselheiros que faltarem a duas reuniões consecutivas ou a três alternadas, no período de um ano contado a partir da primeira falta, sem justificativa, deverão ser substituídos.

§ 2º No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá o suplente correspondente do setor representado no Conselho, sendo que no caso de afastamento definitivo a entidade indicará novo suplente.

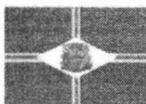
Art. 8º O Serviço Público Municipal deverá fornecer ao Conselho os meios necessários para o seu funcionamento.

Art. 9º As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta de verba orçamentária suplementada, se necessário, previstas pela Lei das Diretrizes Orçamentárias vigente.

Art. 10. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ibitinga, 02 de maio de 2019.

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES
Prefeita Municipal





JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Segue com o presente o Projeto de Lei nº 63/2019, para apreciação dos senhores Vereadores, a respeito de criação do Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos e dá outras providências.

A presente propositura tem por objetivo criar um órgão popular que garanta a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos do Município, com caráter consultivo, respeitando os aspectos legais de sua competência.

Esclarece que a referida proposta tem por finalidade garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, atualmente regulamentado pela Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Ressalta-se a importância da presente adequação para fins de tornar mais eficiente e célere os mecanismos de gestão da Administração Municipal.

Solicitamos aos senhores Vereadores, que o presente Projeto seja apreciado em regime de Urgência, nos termos da legislação sobre o assunto.

Sendo o que nos apresenta para o momento, respeitosamente endereçamos os cumprimentos.

Atenciosamente,

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES
Prefeita Municipal



